

**ACTA Nº4****CONSELHO LOCAL DE ACÇÃO SOCIAL DE ESPOSENDE**

Aos vinte dias do mês de Maio de dois mil e quatro, nesta cidade de Esposende, e no Auditório da Biblioteca Municipal de Esposende, reuniu o Conselho Local de Acção Social de Esposende sob a presidência de Fernando João Couto e Cepa, Presidente da Câmara Municipal de Esposende e do Conselho Local de Acção Social, estando presentes na mesa a senhor o Dr. Jorge Alves Cardoso, Vereador do Pelouro da Educação e da Acção Social, a Dr^a. Filomena Bordalo, Directora do Centro Distrital de Solidariedade e Segurança Social, a Dr^a Berta Granja, Assessora Técnica do Programa da Rede Social, do Instituto Superior de Serviço Social do Porto, a Dr^a Cristina Figueiredo, Técnica Superior de Sociologia da Câmara Municipal de Esposende e a Dr^a. Ana Gonçalves, Técnica Superior de Serviço Social, do Serviço Sub Local do Centro Distrital de Solidariedade e Segurança Social de Braga.

Estiveram ainda presentes as seguintes entidades: Agência de Desenvolvimento Regional do Vale do Cávado, Agrupamento de Escolas António Correia Oliveira, Agrupamento de Escolas de Apúlia, Agrupamento de Escolas de Terras do Baixo Neiva, Área de Paisagem Protegida do Litoral de Esposende, Associação de Defesa, Desenvolvimento e Promoção do Centro Infantil da Escola António Correia de Oliveira (ASSINJEPE), Associação de Pais e Encarregados de Educação da Escola Secundária Henrique Medina, Associação de Pais e Amigos da Escola do 1º ciclo de Esposende, Associação Social, Cultural, Artística e Recreativa de Forjães (ACARF), Associação Assobio, Associação dos Bombeiros Voluntários Esposende, Associação Portuguesa de Paramiloidose – Núcleo de Esposende, Associação Social, Cultural e Recreativa de Apúlia (ASCRA), Benemérita Associação Bombeiros Voluntários de Fão, Casa do Povo de Forjães, Centro de Intervenção Cultural e Social de Palmeira de Faro, Centro Social e Paroquial de Fonte Boa, Centro de Saúde de Esposende, Centro Social da Juventude Unida de Marinhas (JUM), Centro Social e Paroquial de Vila Chã, Centro Social e Paroquial de Gandra, Centro Social Juventude de Belinho, Centro Social Juventude de Mar, Centro de Solidariedade Social de Gemeses, Comissão de Protecção de Crianças e Jovens, Cooperativa Agrícola de Esposende, Escola Secundária Henrique Medina, Esposende Solidário – Associação Concelhia Para o Desenvolvimento Integrado, Fabrica da Igreja Paroquial de Vila Chã, Fábrica da Igreja Paroquial de S. Bartolomeu Mar, Fabrica da Igreja Paroquial de Marinhas, Fundação Lar Santo António, Grupo Acção de Solidariedade Social de Antas (GRASSA), Guarda Nacional



Republicana, Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP), Junta de Freguesia de Antas, Junta de Freguesia de Apúlia, Junta de Freguesia de Esposende, Junta de Freguesia de Fão, Junta de Freguesia de Fonte Boa, Junta de Freguesia de Gemeses, Junta Freguesia de Vila Chã, Kerigma – Instituto de Inovação e Desenvolvimento de Barcelos, Santa Casa Misericórdia de Fão, Santa Casa Misericórdia Esposende, Serviços Concelhios de Educação Recorrente, Zendensino – Cooperativa de Ensino IPRL.-----

Não compareceram as seguintes entidades: Agrupamento de Escuteiros de Marinhãs, Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental de Marinhãs (APPACDM), Associação de Pais e Amigos do Jardim de Infância e Escolas do 1º ciclo de Fão (APAEF), Associação de Pais e Encarregados de Educação da Escola EB 2 e 3 do Agrupamento de Terras do Baixo Neiva, Associação de Pais e Encarregados de Educação da Escola António Correia de Oliveira, Associação de Pais e Encarregados de Educação da EB 2 e 3 de Apúlia, Associação Águias de Serpa Pinto, Associação Comercial e Industrial do Concelho de Esposende, Associação de Pescadores Profissionais do Concelho de Esposende, Associação Desportiva de Rio Tinto, Associação Humanitária dos Dadores de Sangue de Esposende, Associação Recreativa de Góios (ARGO), Centro de Formação da Associação de Escolas (CFAE), Centro Social da Paróquia de Curvos, Cruz Vermelha Portuguesa - Núcleo Marinhãs, Equipa de Coordenação dos Apoios Educativos, Fábrica da Igreja Paroquial de Curvos, Fábrica da Igreja Paroquial de Fão, Fábrica da Igreja Paroquial de Palmeira de Faro, Fábrica da Igreja Paroquial de Antas, Fábrica da Igreja Paroquial de Apúlia, Fabrica da Igreja Paroquial de Esposende, Fórum Curvense, Fórum Esposendense, Grupo Cultural, Desportivo e Recreativo de Gemeses, Hóquei Club de Fão, Junta de Freguesia de Belinho, Junta de Freguesia de Curvos, Junta de Freguesia de Forjães, Junta de Freguesia de Gandra, Junta de Freguesia de Mar, Junta de Freguesia de Marinhãs, Junta de Freguesia de Palmeira de Faro, Junta de Freguesia de Rio Tinto, Núcleo de Esposende da Cruz Vermelha Portuguesa, Rio Neiva – Associação de Defesa do Ambiente, Universidade Autodidacta de Esposende.-----

A sessão foi secretariada por Ana Cristina Gonçalves Figueiredo, Licenciada e Técnica de Sociologia.-

Sendo dessasete horas, foi declarada aberta a sessão pelo presidente da mesa, Fernando João Couto e Cepa.-----



01. APRESENTAÇÃO DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

O Presidente da Câmara agradeceu a presença de todos os presentes e congratulou a participação de todos os parceiros no processo de elaboração do Plano de Desenvolvimento Social. Referiu que o Plano de Desenvolvimento Social é o resultado de um longo trabalho, tendo sido fundamental para a elaboração deste documento a participação dos parceiros do Conselho Local de Acção Social. Na primeira fase de elaboração do Diagnóstico fez-se o levantamento dos recursos e das necessidades do concelho, que foi aprovado por unanimidade dos parceiros a 6 de Novembro de 2003. Hoje estamos aqui para apresentar e colocar à aprovação deste plenário as medidas a implementar, no âmbito do Plano de Desenvolvimento Social. De seguida passou a palavra à Dr^a. Berta Granja, que fez a apresentação sumária do Plano de Desenvolvimento Social.-----

A Dr^a. Berta Granja começou por referir que numa primeira fase o Diagnóstico Social do Concelho de Esposende permitiu conhecer e aprofundar os recursos existentes e os problemas por área de análise. Esta fase do Plano de Desenvolvimento Social permitiu aos parceiros deste Conselho debruçarem-se sobre alguns problemas prioritários e sobre problemas passíveis de resolução. Isto porque também foram identificados problemas para os quais não existem soluções com os recursos concelhios. O Plano de Desenvolvimento Social é um Plano para desenvolver-se a médio e curto prazo. Inicia com o conceito de desenvolvimento sustentável que articula o desenvolvimento social com o desenvolvimento económico e ecológico. A elaboração deste documento foi um processo muito participado pelos grupos de trabalho deste Conselho, correspondendo ao sentir das pessoas, tendo em conta os recursos disponíveis e aquilo que é realizável. Referiu que na página onze do Plano consta a síntese do Plano, que serve de guia à leitura dos projectos de intervenção de cada grupo de trabalho. Estes projectos partem dos problemas identificados na fase do Diagnóstico, priorizam os problemas sobre os quais se vai intervir, estabelecem objectivos gerais e específicos, e definem o Plano Operacional. O Projecto de Intervenção do grupo da Acção Social tem um desenvolvimento diferente dos outros, pois integra a constituição das Comissões Sociais Inter Freguesias e o Serviço de atendimento descentralizado. O documento possui ainda informação sobre o site da Internet, que disponibiliza informação sobre a Rede Social a nível local e a nível nacional. A metodologia de construção do Plano está na parte final do documento, em anexo, para não quebrar o corpo do documento. De seguida deu a palavra à Dr^a. Cristina Figueiredo.-----

A Dr^a. Cristina Figueiredo começou por referir que o Plano é o resultado do trabalho de todos os parceiros que participaram activamente no seu processo de elaboração. Foram os parceiros que definiram as prioridades de intervenção em cada área, contribuíram para a definição dos objectivos,



dos resultados, das actividades, e vão ser eles também que vão concretizar as acções deste Plano de Desenvolvimento, contribuindo para a execução do Plano de Acção.-----

Informou que o processo de implementação da Rede Social iniciou-se em Maio de 2002, ao abrigo da candidatura à medida 5.1. do Programa Operacional Emprego, Formação e Desenvolvimento Social, a constituição formal do CLAS realizou-se a 8 de Maio de 2002, com a adesão inicial de 33 entidades, actualmente já fazem parte deste órgão 86 entidades. Foi aprovado o regulamento interno que estabelece as regras de funcionamento do CLAS, e foi aprovada a constituição do Núcleo Executivo da Rede. O Diagnóstico contribuiu para a consolidação da parceria do CLAS, permitiu a elaboração de um documento com a sistematização de informação e recursos, e o recenseamento de problemas que deu origem à elaboração do PDS. O Plano de Desenvolvimento Social corresponde à fase de elaboração de um plano de intervenção pelos parceiros que permita rentabilizar e criar recursos para a resolução de alguns dos problemas identificados na fase do diagnóstico. Com o sistema de informação pretende-se que os parceiros tenham acesso a toda a informação que vai sendo produzida pelo CLAS, nomeadamente os Pré-Diagnósticos, o Diagnóstico Social e o Plano de Desenvolvimento Social. Apresentou o site para que os parceiros possam aceder à informação disponível no site do Instituto de Solidariedade e Segurança Social. Neste momento podem consultar os documentos produzidos pelo CLAS, os Pré-Diagnósticos e o Diagnóstico Social, mas também podem consultar os documentos produzidos pelos outros concelhos que têm Rede Social. Quanto à questão do acesso à informação a nível local, esta poderá ser assegurada de diversas formas das quais se destacam as seguintes: a elaboração do desdobrável divulgativo da Rede Social, a divulgação das etapas de implementação da Rede Social nos meios de comunicação social locais e regionais. Além disso, o P.D.S. na área da Acção Social prevê a montagem de um sistema de informação entre as Comissões Sociais Inter Freguesias e o Conselho Local de Acção Social, para a divulgação dos seus diagnósticos, planos de acção e outras informações sobre a actividade das instituições locais e projectos que desenvolvem.---

Relativamente aos princípios e pilares do Desenvolvimento Social, a elaboração do Plano teve em conta as especificidades do contexto local. Os pilares do desenvolvimento social são a erradicação da pobreza com a promoção dos direitos sociais, económicos, culturais e civis; o acesso ao rendimento, a promoção do emprego, dando prioridade à educação e formação; a integração social, a promoção de uma sociedade justa, fundada na defesa dos direitos humanos, respeito pela diferença, igualdade de oportunidades. Estes pilares fundamentais para o Desenvolvimento Social assentam, por sua vez, sobre um conjunto de pressupostos: nomeadamente numa noção de Desenvolvimento Sustentável que articula o desenvolvimento social com o desenvolvimento económico e a protecção do ambiente.--



Relativamente à metodologia participativa realizaram-se reuniões por grupos de trabalho. Para ajudar a construir o seu projecto de intervenção, o grupo contou com o apoio de um elemento externo, o facilitador. Este elemento externo ajudou a procurar consensos, a que todas as pessoas participassem, facilitou o surgimento de propostas, de planos de intervenção, induziu o padrão técnico de construção dos projectos. Ainda em relação à metodologia foi utilizada a Matriz de Enquadramento Lógico para a construção do Plano.-----

Em seguida apresentou o Projecto de Intervenção do grupo de trabalho da área da Saúde. Dos problemas identificados no Diagnóstico Social na área da Saúde, as doenças como os tumores malignos e as doenças cerebrovasculares, o alcoolismo e a toxicodependência, o grupo de trabalho desta área optou por seleccionar o alcoolismo e a toxicodependência, considerando a gravidade que assumem sobretudo no caso do alcoolismo, que atinge principalmente os grupos populacionais mais vulneráveis como a população jovem e a população em situação de pobreza e exclusão social, dependentes de apoio social. Estes problemas têm consequências no meio sócio-familiar onde os consumidores se inserem, no ambiente de trabalho, e geram frequentemente situações de marginalidade e de insegurança. O objectivo geral é de até 31 de Dezembro de 2005, os projectos de prevenção já existentes na área dos consumos nocivos estarem a trabalhar em complementaridade, e a criação um serviço de desintoxicação no concelho. O primeiro objectivo específico é de até 31 de Dezembro de 2004, sensibilizar/vocacionar estruturas com internamento para Programas de Desintoxicação. Pretende-se sensibilizar as estruturas hospitalares com internamento para a criação de um serviço de tratamento de desintoxicação, de forma a colmatar a falta deste serviço no concelho e evitar assim o encaminhamento dos doentes para outras estruturas localizadas fora do concelho. Como resultado pretende-se que as instituições existentes com internamento fiquem disponíveis para criar um serviço de internamento para tratamento de desintoxicação, com o recurso a projectos que forneçam os recursos necessários, para a instalação e o funcionamento do serviço de desintoxicação. As actividades a desenvolver prendem-se com a realização do levantamento de meios financeiros para subsidiar projectos para tratamento de desintoxicação, a sensibilização das instituições locais com internamento para a necessidade de proporcionar tratamentos de desintoxicação, a promoção de contactos com responsáveis do Instituto da Droga e da Toxicodependência – Delegação de Braga/CDSSS de Braga com as instituições locais interessadas, e a colaboração no apoio técnico para a elaboração de candidaturas. O segundo objectivo específico é de até 31 de Dezembro de 2005 criar e dinamizar um serviço de tratamento de desintoxicação no concelho. Como resultado pretende-se que o concelho disponha de um serviço de internamento para tratamento de desintoxicação. As



actividades a desenvolver são o acompanhamento do processo de instalação do serviço de tratamento de desintoxicação e a prestação de apoio técnico. O terceiro objectivo específico é de até 31 de Dezembro de 2005 contratualizar Protocolos de Cooperação com os Projectos existentes, para que estes prossigam os seus fins, com os recursos necessários. Ou seja, pretende-se complementar os projectos já existentes que têm intervenção nestas problemáticas dos recursos necessários para a sua execução/intervenção, através do estabelecimento de Protocolos de Cooperação com instituições de Saúde. Estes projectos são o Plano Municipal de Prevenção Primária das Toxicodependências, que intervem junto da população juvenil do concelho; e a Unidade de Inserção, da Associação Esposende Solidário, que está a criar uma estrutura de acolhimento para alcoólicos em recuperação, sem retaguarda familiar, em regime de internamento e integração em Atelier Ocupacional. Assim, como resultado pretende-se que os projectos prossigam a consecução dos seus objectivos, através do reforço da parceria interinstitucional. As actividades a realizar são a realização do levantamento dos Projectos existentes a nível local, a sinalização das dificuldades ao nível da intervenção desses projectos/estruturas, e o estabelecimento de Protocolos entre instituições de saúde e as instituições promotoras dos projectos.

Quanto ao grupo da Habitação, Habitação Social e Infraestruturas de Saneamento Básico, Ambiente e Segurança, a Dr^a. Cristina Figueiredo referiu que este grupo de trabalho centrou a sua prioridade de intervenção nas dificuldades no acesso à habitação por parte das populações mais desfavorecidas, que têm dificuldade no acesso à habitação e sem recursos financeiros para recuperarem habitações em elevado estado de degradação ou com índices de conforto muito reduzidos. O problema prioritário identificado pelo grupo foram as dificuldades no acesso à habitação, por parte da população com menores recursos financeiros. Tendo por base este problema definiram como objectivo geral até 31 de Dezembro de 2005, identificar os Programas existentes de fomento da Política de Habitação de forma a enquadrar nos programas apropriados as diversas situações já diagnosticadas ou a diagnosticar, quer as relativas a dificuldade de acesso ao parque habitacional, quer as situações já instaladas de precariedade habitacional grave. Assim o primeiro objectivo específico é identificar as famílias com necessidades habitacionais, até 31 de Dezembro de 2004. Pretende-se efectuar o recenseamento de todos os casos existentes no concelho de famílias que vivem em alojamentos degradados, em situação de sobreocupação ou sem as necessárias condições de habitabilidade. Este recenseamento tem por finalidade o conhecimento dessas situações e o enquadramento das situações identificadas nos Programas ao nível da Política de Habitação. As actividades a desenvolver para atingir esse objectivo são a elaboração de documento com critérios de avaliação para efectuar o levantamento das



famílias com necessidades habitacionais. Outro problema detectado prende-se com a dificuldade na definição de critérios rigorosos, uniformes e transparentes para a avaliação das situações de precariedade habitacional, para a concessão de apoios. Assim, a elaboração de um documento com a uniformização dos critérios de análise, precede o recenseamento das famílias com necessidades habitacionais. Outras actividades que deverão concorrer para a concretização deste objectivo são a elaboração da ficha de caracterização sócio-económica e habitacional, a realização do levantamento “in loco” das condições habitacionais das famílias em situação de desfavorecimento social, a realização de reunião conjunta entre técnicos da Câmara, Presidentes da Juntas de Freguesia e outros “informadores privilegiados”, como as Paróquias, as Instituições Particulares de Solidariedade Social, e as próprias Comissões Sociais Inter Freguesias que estiverem constituídas. O segundo objectivo específico é efectuar o levantamento dos recursos habitacionais do concelho, até 31 de Dezembro de 2004. As actividades a realizar são o levantamento das habitações sociais e lotes para auto-construção que estão a ser construídas ou projectadas, e a identificação dos fogos devolutos. O terceiro objectivo específico é seleccionar e captar programas a nível da Política de Habitação, até 31 de Dezembro de 2005. As actividades a desenvolver são a realização do levantamento documental dos programas ao nível da Política de Habitação, a identificação das especificidades de cada programa ao nível da Política de Habitação e o enquadramento das situações identificadas no levantamento efectuado, nos programas apropriados. O quarto objectivo específico é de até 31 de Dezembro de 2005, 20 famílias usufruírem de habitação condigna. Estas 20 famílias correspondem a 30% das situações de precariedade habitacional diagnosticadas no levantamento efectuado no ano 2002, pelo Serviço de Acção Social da Câmara. As actividades a desenvolver prendem-se com a acção de realojamento de 20 famílias nas modalidades de auto-construção, habitação social, no Programa de Solidariedade e Apoio à Recuperação de Habitação, no Projecto de Luta Contra a Pobreza “Continuar na Solidariedade”, e através do enquadramento noutros Programas de apoio à habitação.

De seguida passou a palavra à Dr^a. Berta Granja, que apresentou o Projecto de Intervenção da área do Emprego, Formação Profissional e Actividades Económicas.

A Dr^a. Berta Granja começou por referir que conforme o identificado no Diagnóstico Social o desemprego, que afecta em maior número as mulheres, a existência de uma taxa preocupante de desemprego de longa duração, as dificuldades e desigualdades no acesso ao mercado de trabalho, a não articulação entre a procura e a oferta de emprego, a baixa qualificação da população desempregada e as dificuldades de mobilidade entre freguesias são alguns dos problemas com que se



debate o mercado de trabalho local. Por outro lado, e relativamente à estrutura das actividades económicas os problemas podem situar-se na reduzida dimensão das empresas. Identificaram-se dificuldades no associativismo empresarial, bem como na criação de estruturas públicas e privadas que apoiem a alteração das fragilidades estruturais. Um outro aspecto prende-se com a necessidade de articulação entre os diversos sectores da economia local que podem ser interdependentes e aproveitar as sinergias entre as diferentes actividades económicas, os serviços públicos e os sectores de intervenção social. Face a este cenário o grupo de trabalho da área do Emprego, Formação Profissional e Actividades Económicas centrou a sua prioridade no problema do baixo nível de qualificação profissional da população e na dinamização conjunta de empresários e instituições de formação. Assim, o P.D.S. nesta área prevê uma série de objectivos específicos que deverão contribuir para melhorar a qualificação profissional da população. Estes objectivos passam pela sensibilização da classe empresarial para a importância da formação profissional, a articulação interinstitucional entre entidades formadoras e promotoras de formação para efectuar diagnósticos conjuntos das necessidades formativas, de forma a articular a formação existente e as exigências formativas do mercado de trabalho. Outro objectivo é o estabelecimento de protocolos de cooperação entre entidades parceiras e os Centros de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências, contribuindo para a qualificação escolar e profissional da população. -----

Relativamente à estrutura do Projecto de Intervenção o objectivo geral é que 2% da população activa melhore a sua qualificação profissional, até 31 de Dezembro de 2005. A população activa é de 16.324 pessoas pelos dados dos Censos 2001, pelo que 2% representa 326 pessoas. O primeiro objectivo específico é o estabelecimento de 2 protocolos de cooperação entre as entidades parceiras e os Centros de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências, até 31 de Dezembro de 2004. As actividades prendem-se com o estabelecimento de dois Protocolos de Cooperação entre entidades formadoras do concelho e os Centros de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências, e a divulgação junto da população da importância do CRVCC, requisitos, procedimentos necessários e o modo de funcionamento. O segundo objectivo específico prende-se com o envolvimento de 10% do tecido empresarial, o que representa 107 empresas, no reconhecimento da importância da formação profissional, para a sustentabilidade e progressão da empresa, até 31 de Dezembro de 2005. Para atingir este objectivo vão realizar-se actividades como a realização de um Fórum para empresários e a realização de workshop's por sectores de actividade. O terceiro objectivo é de até 31 de Dezembro de 2005, promover formas de articulação interinstitucional entre as diversas entidades formadoras e promotoras de formação profissional de forma a articular a



oferta formativa e as necessidades do mercado de trabalho. As actividades a realizar prendem-se com a identificação das acções de formação desenvolvidas pelas entidades formadoras e promotoras de formação e seus destinatários; a realização de acções de sensibilização dirigidas à população, nas Juntas de Freguesia; a realização de encontros entre as entidades promotoras de formação, para a elaboração do Diagnóstico de Formação; a realização de Diagnósticos de necessidades de formação, estabelecendo protocolos entre as entidades formadoras e promotoras de formação e entidades externas para a monitorização técnica do Diagnóstico, e articulando com o tecido empresarial; a elaboração do Plano de Formação e locais de realização das acções; a elaboração de candidaturas a financiamentos.

De seguida passou a palavra à Dr^a. Ana Gonçalves, que apresentou o trabalho desenvolvido pelo grupo da Acção Social.

A Dr^a Ana Gonçalves começou por referir que apesar de existir no concelho uma cobertura satisfatória de respostas sociais, o grupo de trabalho desta área considerou necessário melhorar a articulação entre as instituições, e entre estas e outros agentes locais, melhorar a qualidade da formação dos recursos humanos nomeadamente repensar o quadro de pessoal técnico das instituições. Assim o Plano direcciona-se para a coordenação de acções entre as entidades com intervenção a nível social no concelho, ou seja, para a articulação interinstitucional, para a complementaridade das respostas e dos recursos existentes. Assim o problema prioritário identificado pelo grupo de Acção Social relaciona-se com os problemas de coordenação, complementaridade e articulação inter institucional. O objectivo geral é de até final de 2005, 65 das famílias beneficiárias do Rendimento Social de Inserção que representam 50% do universo total de famílias beneficiárias do R.S.I., 88 crianças em risco que representam todas as situações de crianças em risco em acompanhamento pela Comissão de Protecção de Crianças e Jovens, e 25 indivíduos portadores de deficiência que representam a totalidade da população utente da Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental, serem abrangidos por uma intervenção social de proximidade, com suporte na rede inter institucional local a trabalhar de forma articulada e com apoio técnico especializado. O primeiro objectivo específico é a constituição de quatro CSIF no concelho, até 31 de Dezembro de 2005. Relativamente às actividades a desenvolver, referiu a realização de reunião com cada proposta de CSIF, a constituição formal da CSIF, a elaboração da proposta de Regulamento Interno e a aprovação do Regulamento, a implementação do atendimento descentralizado. O segundo objectivo específico é a qualificação de 10 técnicos de apoio às CSIF em técnicas de dinâmica de grupos, e 30 dirigentes, técnicos e voluntários em metodologias de intervenção no âmbito das CSIF, até 31 de Dezembro de



2005. As actividades a desenvolver são a realização de acções de formação para técnicos, dirigentes e voluntários, o levantamento da oferta de formação no concelho e a divulgação das formações para os técnicos e outros funcionários das Instituições Particulares de Solidariedade Social. O terceiro objectivo específico é a implementação de um modelo de articulação integrado com um sistema de comunicação e informação, até 31 de Dezembro de 2005. As actividades a realizar prendem-se com a montagem de um sistema de comunicação em rede entre as Comissões Sociais Inter Freguesias e o Conselho Local de Acção Social, a construção de uma página na Internet, a disponibilização e actualização do Diagnóstico Social/Carta Social e a manutenção do equipamento e sistema informático.

No que respeita à constituição das Comissões Sociais Inter Freguesias em Esposende, a Dr^a. Ana Gonçalves referiu que estas deverão contribuir para melhorar a coordenação das acções entre as entidades com intervenção a nível social, complementando as respostas sociais e os recursos existentes. Informou que no passado dia 22 de Janeiro de 2004 realizou-se uma reunião com os autarcas locais e o Núcleo Executivo para análise de uma proposta de modelo de constituição das CSIF elaborada pelo Núcleo Executivo e apreciada pelo Presidente do CLAS. Esta proposta baseou-se em critérios como a análise das delimitações territoriais já existentes ao nível dos agrupamentos de escolas, centro e extensões de saúde, tipos de habitat; as características sócio-gráficas do concelho e a cobertura das freguesias por equipamento social. Da análise da proposta e tendo em conta algumas especificidades locais resultou a seguinte configuração territorial para a constituição das Comissões Sociais Inter Freguesias: CSIF de Antas, Forjães, Vila Chã; CSIF de Belinho, Mar, Marinhas; CSIF de Curvos, Palmeira, Gemeses, Gandra, Esposende; CSIF de Fão, Apúlia, Fonte Boa, Rio Tinto. Durante o ano de 2004 serão implementadas em fase de projecto-piloto a CSIF de Antas, Forjães, Vila Chã e a CSIF de Fão, Apúlia, Fonte Boa e Rio Tinto. Para o efeito vão ser realizadas acções de sensibilização/dinamização destas CSIF, acções de formação para técnicos e autarcas locais sobre os processos de diagnóstico e planeamento estratégico, e acções de acompanhamento/monitorização do seu funcionamento. As Comissões Sociais Inter Freguesias prosseguem actividades como a organização e funcionamento da Rede Social, nomeadamente através da aprovação dos respectivos regulamentos internos e da constituição de grupos de trabalho tendentes a garantir um desenvolvimento coordenado da actuação dos diversos parceiros; a recolha de informação que possibilite suportar a produção de diagnósticos locais e a difusão de estatísticas e outra informação pertinente à população e aos agentes locais; a identificação e análise dos problemas existentes ao nível da freguesia e definição concertada das estratégias adequadas para proceder à respectiva



resolução; a sinalização das situações mais graves de pobreza e de exclusão social existentes na sua área territorial e apreciação de propostas de solução a partir dos recursos locais ou, caso não seja possível encontrar uma resposta adequada nesta sede, de encaminhamento para outras entidades e níveis de intervenção, numa lógica de subsidiariedade; a promoção da articulação progressiva da intervenção social dos agentes locais. Relativamente à questão da articulação entre as duas estruturas CLAS E CSIF, a Dr^a Ana Gonçalves informou que os técnicos coordenadores das CSIF deverão integrar o Núcleo Executivo do CLAS, de forma que este órgão seja sistematicamente informado do trabalho realizado, das dificuldades encontradas e de outras informações pertinentes. Nesta primeira fase são convidados para participar na Comissão Social Inter Freguesias, as entidades com responsabilidades ao nível do desenvolvimento local, como as Juntas de Freguesia, Instituições Particulares de Solidariedade Social, Agrupamento de Escolas, Centro de Saúde e Paróquias.-----

Quanto aos pólos de atendimento descentralizado, a Dr^a Ana Gonçalves referiu que estes pólos baseiam-se em protocolos entre várias entidades locais, que integram a Rede Social (CLAS e CSIF), e o Centro Distrital de Solidariedade e Segurança Social de Braga. Com o incremento destes Pólos de atendimento descentralizado a população passa a beneficiar de vantagens como a de usufruir de um serviço de acção social mais próximo, ou seja, não precisam de se deslocar à sede do concelho para resolver os problemas relacionados com o Rendimento Social de Inserção; o Atendimento em termos de Acção Social, a precariedade económica, as ajudas técnicas, o apoio no tratamento da toxicodependência e o apoio no tratamento dos doentes com Vírus da Imunodeficiência Humana. Os utentes passam a usufruir de melhor acompanhamento, ou seja, passam a ter acesso a um serviço mais simples, a ter um técnico que acompanha a situação da família. Estes pólos são essenciais para garantir a cobertura eficaz das freguesias, a descentralização do apoio às famílias e aos cidadãos, e para permitir que cada família seja acompanhada privilegiadamente por um único técnico, o gestor de caso, negociando com elas o projecto de inserção adequado às suas necessidades, garantindo-se uma intervenção multisectorial e interdisciplinar. A coordenação técnica dos Pólos de Atendimento Descentralizado é da responsabilidade do Serviço Local de Esposende do Centro Distrital de Solidariedade e Segurança Social de Braga.-----

De seguida deu a palavra ao Dr. Jorge Cardoso que apresentou o trabalho que está a ser desenvolvido na área da Educação, pelo grupo da Educação da Rede Social e pelo Conselho Municipal de Educação e o trabalho de investigação desenvolvido no âmbito das associações desportivas. -----



O Dr. Jorge Cardoso referiu que a Carta Educativa encontra-se em desenvolvimento, alicerçando-se no trabalho desenvolvido aquando da elaboração do Diagnóstico da Rede Social.-----

Por este facto, e ainda devido à complexidade e especificidade do Guião para a elaboração da Carta Educativa esta encontra-se numa fase menos avançada do que o processo respeitante à Rede Social, prevendo-se no entanto, a conclusão do documento para finais do mês de Julho de 2004, e consequente aprovação pelo Conselho Municipal de Educação. Este documento permitirá obter o retrato fiel das potencialidades e das fragilidades que existem nesta área, e ideias claras para o reordenamento dos equipamentos educativos. Referiu alguns dos problemas identificados na fase do Diagnóstico como o insucesso escolar, o abandono escolar e a sobrelotação da escola António Correia de Oliveira. A Carta Educativa encontra-se numa fase de aprofundamento específico e terá uma publicação autónoma posterior ao P.D.S. mas conceptualmente convergente, estando deste modo presente, a nível processual, o cultivo do sentido do envolvimento dos agentes educativos locais. Neste momento foram introduzidos no processo negociações e articulações inter-municipais (VALIMAR) para a elaboração de uma Carta Educativa comum aos concelhos constituintes da Comunidade Urbana. No sentido de garantir a concepção original do documento correspondente à Carta Educativa do Concelho de Esposende e, simultaneamente, garantir a sua integração num documento inter-municipal está a decorrer a partilha de documentos. -----

O Dr. Jorge informou ainda que o Plano de Desenvolvimento da Rede Educativa para o concelho de Esposende assenta em torno de eixos complementares, o eixo de ordenamento e o eixo pedagógico/científico. No eixo de ordenamento destaca-se o reordenamento da Rede Educativa e a construção de um novo estabelecimento escolar, a Escola Básica 2,3 de Marinhas e um novo agrupamento com sede nesta Escola. No eixo pedagógico/científico destaca-se a redução dos índices de abandono e insucesso escolar. Os projectos que deverão contribuir para a promoção do sucesso escolar são as bibliotecas escolares, o bibliomóvel, a ludoteca, o desporto escolar, a componente sócio-educativa do pré-escolar, o Projecto "...Porque Ler é Importante", o PETTI – Plano para a Eliminação da Exploração do Trabalho Infantil, o PNAPAE – Plano Nacional de Prevenção do Abandono Escolar, entre outros.-----

No que respeita ao trabalho que está a ser desenvolvido no âmbito das associações desportivas, o Dr. Jorge Cardoso referiu que a elaboração da Carta Desportiva tem dois grandes objectivos, a caracterização da população que pratica desporto no concelho de Esposende e a identificação e caracterização da oferta desportiva, ao nível das instituições e equipamentos desportivos. Outro documento que está a ser elaborado é o Diagnóstico Desportivo, cujo objectivo é avaliar a prática



desportiva federada existente no concelho de Esposende, quer ao nível dos recursos físicos disponíveis, quer ao nível dos recursos humanos. Referiu ainda que estes dois documentos constituem instrumentos de planeamento, que deverão suportar e fundamentar algumas das estratégias orientadoras da acção autárquica para a área educativa, desportiva e social. -----

Após a apresentação do Plano de Desenvolvimento Social, o Senhor Presidente da Câmara colocou à discussão dos parceiros o Plano.-----

O Dr. José Luís Azevedo, felicitou o CLAS pela elaboração do Plano, considerou que a Carta Educativa está numa fase bastante avançada, mas questionou se a Nova Lei de Bases da Educação não conduzirá a que tenha que ser repensado todo o reordenamento, e se esta questão não deverá ser integrada no trabalho da Carta Educativa. -----

O Dr. Jorge Cardoso referiu que a parte pedagógica e científica está a ser considerada no trabalho de elaboração da Carta Educativa, e que se for necessário pode-se atrasar o processo de elaboração da Carta Educativa para incluir essas questões de âmbito pedagógico. -----

O Senhor Presidente da Câmara referiu que o grande problema da Educação é que tem sido um constante balão de ensaio, o que gera problemas e a desacreditação das reformulações que vão sendo feitas pelos sucessivos governos, desacreditação da política de Educação.-----

O Dr. Damião Matos referiu que o Decreto-Lei não é relevante para a promoção do sucesso educativo, o objectivo da carta educativa é promover o sucesso educativo, não em função de um determinado decreto mas no sentido de promover o sucesso educativo e combater o abandono escolar.-----

A Dr^a. Emília Vilarinho disse que é importante articular a Carta Educativa e o Plano de Desenvolvimento Social, dado que a Rede Social é um fórum de participação, discussão dos problemas a nível local, e o social engloba todas as dimensões, educativa, económica, de saúde, entre outras. Referiu ainda a importância de mobilizar e motivar os professores, a Rede Social é um espaço para ouvir os professores, pois estes estão no terreno conhecem os problemas, por isso é importante auscultar as experiências dos professores, e o que eles sentem. As mudanças são feitas pelos actores no terreno, é importante criar estratégias de resolução dos problemas educacionais. A Dr^a. Emília Vilarinho terminou dizendo que acredita nas mudanças pela base, e não impostas pelo topo. -----

O Senhor Presidente da Câmara subscreveu as palavras da Dr^a. Emília Vilarinho, referindo que é importante que os professores sejam abertos e participativos. -----

O Dr. Jorge Cardoso informou que a metodologia adoptada para a elaboração da Carta Educativa foi amplamente participada, com o contributo da maioria dos professores, e só desta forma os professores rever-se-ão no documento que está a ser trabalhado. -----



De seguida, o Senhor Presidente da Câmara agradeceu a presença da Dr^a. Filomena Bordalo, e deu-lhe a palavra.-----

A Dr^a. Filomena Bordalo cumprimentou e felicitou todos os parceiros da Rede Social e a equipa local da Segurança Social, que é também um parceiro desta Rede. Subscreeveu a frase da Dr^a. Emília Vilarinho “as mudanças são feitas pelos actores no terreno”, esta é a filosofia da Rede Social, dar voz aos actores locais. Referiu que trata-se de um Programa estruturante, que visa um planeamento estratégico, integrado e sistemático, para que as respostas sociais sejam mais eficazes. Após esta introdução, a Dr^a. Filomena Bordalo apresentou os pontos em comum do Programa da Rede Social e do Plano Nacional de Acção para a Inclusão (PNAI). Começou por referir que o Programa da Rede Social é uma folha de uma árvore que é o Programa Europeu, o PNAI, que está centrado em objectivos comuns aos 15 Estados Membros da União Europeia. Neste Plano para a acção e para a inclusão está incluída a Rede Social, a Linha de Emergência Social, o Plano Nacional de Prevenção do Abandono Escolar, Plano para a Eliminação da Exploração do Trabalho Infantil, a Rede Escolar, o Rendimento Social de Inserção, entre outros. Todos estes Programas tendem para o desenvolvimento sustentável. -----

A Dr^a. Filomena Bordalo referiu que com o Plano de Desenvolvimento Social, o Conselho Local de Acção Social conseguiu demonstrar através de uma linguagem acessível a utilidade do Plano, com uma ampla participação dos parceiros, e um Plano de curto prazo, pois as acções serão concretizadas até 31 de Dezembro de 2005. Disse ainda que vai ser necessário fazer ajustamentos ao longo da sua execução. Falou dos novos desafios que se colocam às autarquias relativamente à questão do social. O desenvolvimento social é o eixo de acção das autarquias. Felicitou a Câmara por ser a promotora da Rede Social e ter mobilizado tantos parceiros. Referiu que o Plano de Desenvolvimento Social é um Plano Director Municipal, o social tem que ser desenvolvido de acordo com o Plano de Desenvolvimento Social elaborado pelos parceiros. Relativamente às questões do financiamento falou da importância de captar recursos para o desenvolvimento social, mas também de racionalizar os recursos que já existem. Por parte da Segurança Social, a Dr^a. Filomena Bordalo disse que esta instituição vai continuar a apoiar, com alguma ponderação, e que os Pólos de atendimento descentralizado serão fundamentais para a prestação de um bom serviço à comunidade.-----

02. PROPOSTA DE APROVAÇÃO DO DIAGNÓSTICO SOCIAL

Após a apresentação do Plano de Desenvolvimento Social do Concelho de Esposende, foi presente a proposta de aprovação do Plano de Desenvolvimento Social pelo Senhor Presidente da Câmara, tendo



o Conselho Local de Acção Social deliberado por unanimidade dos presentes aprovar o Plano de Desenvolvimento Social do Concelho de Esposende.-----

03 ADESÃO DE NOVOS PARCEIROS

O Senhor Presidente da Câmara deu conhecimento da adesão de novos parceiros, tendo procedido à leitura da adenda à Acta de Constituição do Conselho Local de Acção Social de Esposende, e convocado os representantes dessas entidades para a assinatura da mesma.-----

Assim o Conselho Local de Acção Social de Esposende passa a integrar as seguintes entidades: Área de Paisagem Protegida do Litoral de Esposende, Associação Assobio, Centro de Solidariedade Social de Gemeses, Centro Social e Cultural de Gandra, Cooperativa Agrícola de Esposende, Kerigma – Instituto de Inovação e Desenvolvimento Social de Barcelos.-----

E nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Câmara Municipal propôs que fosse elaborada acta da reunião.-----

Sendo dezoito horas e cinquenta minutos, pelo senhor Presidente, foi declarada encerrada a presente reunião.-----

X 